

O **Direito** na Transição do **Clássico** para o **Contemporâneo**

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2021

O **Direito** na Transição do **Clássico** para o **Contemporâneo**

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O direito na transição do clássico para o contemporâneo

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 O direito na transição do clássico para o contemporâneo / Organizadores Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-770-3

DOI 10.22533/at.ed.703211202

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de (Organizadora). III. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Em **O DIREITO NA TRANSIÇÃO DO CLÁSSICO PARA O CONTEMPORÂNEO**, coletânea de vinte e três capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade.

Temos, nesse volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam o direito no contexto externo; o direito no contexto nacional; direito penal, criminologia e desafios contemporâneos; o direito e a medicina: diálogos; e filosofia do direito e educação.

O direito no contexto externo traz análises sobre particularidades vivenciadas no Chile e nos Estados Unidos da América.

Em o direito no contexto nacional são verificadas contribuições que versam sobre o *contempt of court*, licitação, imposto sobre valor agregado, ocupação irregular, idoso e superendividamento, meio ambiente e inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

Direito penal, criminologia e desafios contemporâneos aborda questões como delação premiada, crime de lavagem de capitais, uso progressivo da força, marginalização de grupos vulneráveis, sistema prisional brasileiro, transposição da sanção penal para as famílias dos detentos e violência contra a mulher.

No quarto momento, o direito e a medicina: diálogo, temos estudos sobre a eutanásia, dignidade da pessoa humana, religião, saúde e medicina legal.

Por fim, em filosofia do direito e educação, há abordagens que tratam de temas como o princípio da separação dos poderes e educação popular.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“LA EXPERIENCIA DE LOS TRIBUNALES DE CHILE BAJO LA LEY DE TRAMITACIÓN ELECTRÓNICA DE LOS PROCEDIMIENTOS CIVILES”

Gerardo Bernales Rojas

DOI 10.22533/at.ed.7032112021

CAPÍTULO 2..... 13

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL PARA NOVAS MODALIDADES CRIMINOSAS: UMA ANÁLISE DO CYBERATQUE HAVIDO NA GEÓRGIA

Mateus Catalani Pirani

Maria Beatriz Espinoza Miranda

DOI 10.22533/at.ed.7032112022

CAPÍTULO 3..... 25

APLICABILIDADE E EFETIVIDADE DO ‘CONTEMPT OF COURT’ NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Janice Coelho Derze

Rogério Mollica

DOI 10.22533/at.ed.7032112023

CAPÍTULO 4..... 32

O INSTITUTO DO CREDENCIAMENTO COMO FORMA DE INEXIGIBILIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, SOB A LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL DA LEGALIDADE

Bruno Pastori Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.7032112024

CAPÍTULO 5..... 44

A INSTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO NO BRASIL: UMA PROPOSTA CONSTITUCIONAL?

Ana Luísa Sevegnani

Luiza Miranda Heinisch

DOI 10.22533/at.ed.7032112025

CAPÍTULO 6..... 61

EXPULSÃO, REMOÇÃO E FIXAÇÃO: OS TRÊS MOMENTOS DA VISÃO DA OCUPAÇÃO IRREGULAR PARA O PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO E O EXEMPLO DO DISTRITO FEDERAL

Letícia Pacheco dos Passos Claro

Patrícia Pereira Alves da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7032112026

CAPÍTULO 7..... 79

O IDOSO DIANTE DO PROBLEMA DO SUPERENDIVIDAMENTO: PROJETO DE LEI Nº 3515/2015 E AS AÇÕES DO BALCÃO DO CONSUMIDOR DE SANTA ROSA, RS

Maria Aparecida Kowalski

Fernanda Serrer

DOI 10.22533/at.ed.7032112027

CAPÍTULO 8..... 92

CRIME AMBIENTAL: DEVER DE RAPARAÇÃO DO DANO CAUSADO

Jaime Lisandro Martini

DOI 10.22533/at.ed.7032112028

CAPÍTULO 9..... 105

COMENTÁRIOS AO DECRETO Nº 10.468/2020

Viviane Lemes da Rosa

DOI 10.22533/at.ed.7032112029

CAPÍTULO 10..... 125

DELAÇÃO PREMIADA ANTE O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Jéssica Mapeli dos Anjos

Renan Posella Mandarin

DOI 10.22533/at.ed.70321120210

CAPÍTULO 11..... 138

CRIME DE LAVAGEM DE CAPITAIS: UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE TÉCNICAS E MECANISMOS DE PREVENÇÃO

Helene Mitsue Komori

William Akira Tanaka

DOI 10.22533/at.ed.70321120211

CAPÍTULO 12..... 150

O USO PROGRESSIVO DA FORÇA EM ABORDAGENS REALIZADAS POR PRAÇAS, CASTANHAL/PARÁ

Jess Elly Lima de Lima

Reinaldo Eduardo da Silva Sales

DOI 10.22533/at.ed.70321120212

CAPÍTULO 13..... 164

CRIMINOLOGIA CRÍTICA E A MARGINALIZAÇÃO DA CULTURA DE GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

Luis Felipe Dupim Viotto

DOI 10.22533/at.ed.70321120213

CAPÍTULO 14..... 177

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E O EFEITO TANATOLÓGICO DE UMA MÁQUINA DE PRODUÇÃO DE MORTES

Cleber Freitas do Prado

DOI 10.22533/at.ed.70321120214

CAPÍTULO 15.....	188
PRISÃO EMOCIONAL: TRANSPOSIÇÃO DA SANÇÃO PENAL PARA FAMÍLIAS DE DETENTOS, QUANDO DA NEGLIGÊNCIA DO DIREITO À MANUTENÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR, NO CASO DE FAMÍLIAS INTERIORANAS E DE BAIXA RENDA	
Gabriel Ricardo de Albuquerque Melo Heloísa Gonçalves Medeiros de Oliveira Lima Heloísa Silva Alves	
DOI 10.22533/at.ed.70321120215	
CAPÍTULO 16.....	205
OS DESAFIOS DA INTERSETORIALIDADE DAS INSTITUIÇÕES NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, JOÃO PESSOA-PB	
Karoliny Dedice Pereira Alves Emanuel Luiz Pereira da Silva Marinalva de Sousa Conserva Almira Almeida Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.70321120216	
CAPÍTULO 17.....	222
A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO AMBIENTE DE TRABALHO E O PAPEL DA GESTÃO: UM ESTUDO SOBRE TRABALHADORAS CARIOCAS	
Viviane Mello de Oliveira Spena Camila de Carvalho Ouro Guimarães Diana Rebello Neves	
DOI 10.22533/at.ed.70321120217	
CAPÍTULO 18.....	242
A EUTANÁSIA SOB O PRISMA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	
Wallace Jamelli Vidal Alencar Renna Franca Araújo de Lucena	
DOI 10.22533/at.ed.70321120218	
CAPÍTULO 19.....	247
O MÉDICO DIANTE DA OBJEÇÃO RELIGIOSA EM CASO DE RECUSA À TRANSFUÇÃO DE SANGUE EM PACIENTE ADULTO INCONSCIENTE OU INCAPAZ	
Marco Augusto Ghisi Machado Regiane Nistler	
DOI 10.22533/at.ed.70321120219	
CAPÍTULO 20.....	262
AS PRÁTICAS RELIGIOSAS E A INFLUÊNCIA DA ESPIRITUALIDADE NA REABILITAÇÃO DE DROGADITOS	
Saulo Duarte Lima Ribeiro Karla Muniz Barreto Oton	
DOI 10.22533/at.ed.70321120220	

CAPÍTULO 21	275
“DESCOBRIR” A VERDADE: A MEDICINA LEGAL NOS CRIMES SEXUAIS	
Marcelo Douglas Nascimento Ribas Filho	
Hélio Sochodolak	
DOI 10.22533/at.ed.70321120221	
CAPÍTULO 22	290
UMA LEITURA DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES DE MONTESQUIEU SOB A ÓTICA DO POSITIVISMO NORMATIVO DE HANS Kelsen	
Júlia Farah Scholz	
DOI 10.22533/at.ed.70321120222	
CAPÍTULO 23	306
INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EMERGENTES DOS MOVIMENTOS POPULARES	
Ana Célia Silva Menezes	
Orlandil de Lima Moreira	
Maria Margareth de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.70321120223	
SOBRE OS ORGANIZADORES	320
ÍNDICE REMISSIVO	321

CAPÍTULO 12

O USO PROGRESSIVO DA FORÇA EM ABORDAGENS REALIZADAS POR PRAÇAS, CASTANHAL/PARÁ

Data de aceite: 04/02/2021

Data de submissão: 09/01/2021

Jess Elly Lima de Lima

Universidade Estácio de Sá
Castanhal, Pará

Reinaldo Eduardo da Silva Sales

Instituto Federal do Pará
Castanhal, Pará
<http://lattes.cnpq.br/5504809611081936>

RESUMO: O artigo trata do uso progressivo da força em abordagens policiais realizadas por Praças do 5º Batalhão de Polícia Militar (BPM), na cidade de Castanhal. Identificam-se quais são, como ocorrem e quais as dificuldades encontradas para realizar essas abordagens; se o efetivo do 5º BPM realiza cursos de capacitação; e que reflexões o entrevistados tinham em relação às políticas democráticas de direito. A metodologia incluiu uma visita ao local da pesquisa, identificação dos sujeitos, aplicação de questionários para 10 policiais do Quadro de Praças, transcrição e interpretação dos dados. A análise preferiu a abordagem qualitativa. Os resultados demonstraram que as abordagens empregadas são: verbalização, aproximação com contato físico, identificação do cidadão, revista pessoal e consulta no sistema penal. A verbalização é o procedimento mais frequente. As principais dificuldades encontradas estão relacionadas a fatores naturais, institucionais e de ordem pessoal do sujeito abordado.

Foram listadas como entraves institucionais o número limitado de policiais na viatura, armas inapropriadas para a abordagem requerida e a falta de um banco de dados integrado com o sistema de segurança pública. Em relação a cursos de capacitação, eles existem, mas não atendem a todo o efetivo. Sobre o que pensam os entrevistados em relação às políticas democráticas de direito, suas reflexões incidiram sobre a presença e o papel do Estado como também suas próprias práticas como agente de segurança pública. Os entrevistados demonstraram insatisfação com o Estado, uma vez que há poucos investimentos tanto no aparelhamento quanto na formação profissional.

PALAVRAS - CHAVE: Abordagens Policiais. Uso da Força. Polícia Militar.

PROGRESSIVE USE OF FORCE IN APPROACHES PERFORMED BY SQUARE, CASTANHAL/PARÁ

ABSTRACT: The article deals with the progressive use of force in police approaches carried out by Squares of the 5th Military Police Battalion (BPM), in the city of Castanhal. They identify what they are, how they occur and what difficulties are encountered in carrying out these approaches; if the 5th BPM staff conducts training courses; and what reflections the interviewees had in relation to democratic policies of law. The methodology included a visit to the research site, identification of the subjects, application of questionnaires to 10 police officers from the Squares Board, transcription and interpretation of data. The analysis preferred the qualitative

approach. The results showed that the approaches used are: verbalization, approximation with physical contact, identification of the citizen, personal search and consultation in the penal system. Verbalization is the most frequent procedure. The main difficulties encountered are related to natural, institutional and personal factors of the subject addressed. The limited number of police officers on the vehicle, weapons inappropriate for the required approach and the lack of a database integrated with the public security system were listed as institutional barriers. In relation to training courses, they exist, but they do not meet all staff. On what the interviewees think about democratic policies of law, their reflections focused on the presence and role of the State as well as their own practices as a public security agent. The interviewees showed dissatisfaction with the State, since there is little investment in both equipment and professional training.

KEYWORDS: Police approaches. Use of Force. Military Police.

1 | INTRODUÇÃO

A busca pessoal é o ato policial de abordar uma pessoa e procurar nas suas vestes ou pertences, algo que esteja relacionado com a prática de uma infração penal. Para Nunes (2011), todo ato de abordar deve estar embasado em uma motivação legal. Não deve ser um ato isolado do Estado, ali representado pelo policial, arbitrário ou ilegal. Essa motivação deve ser explicitada para o abordado assim que for possível a fim de fazê-lo compreender a ação da polícia, o uso do poder do Estado para limitar ou impedir direitos individuais em benefício de um bem maior, seja ele individual ou coletivo.

De acordo com o Manual Básico de Abordagem Policial da Polícia Militar do Estado da Bahia (2000) citado por Nunes (2011), para a realização da busca pessoal, é necessária a utilização de três técnicas: a abordagem policial, a busca e a identificação. A abordagem reveste-se quando, materializada a fundada suspeita e tendo por meta a finalidade pública de segurança e proteção da sociedade, os policiais partem para uma aproximação do suspeito, realizando a tomada de posição de segurança, que serve ao policial e ao cidadão abordado, para minimizar eventuais reações, assegurando o próprio abordado quanto a uma interpretação errônea de seus movimentos, que, no nervosismo ou surpresa, pode ocorrer. Deste modo, realiza-se a busca, posteriormente a identificação, informando-o sobre a motivação que despertou a abordagem.

A Polícia Militar (PM) ainda em pleno século XXI é vista, por uma boa parcela da sociedade, como uma instituição a serviço da opressão estatal, que age com violência e truculência, muitas vezes acusadas de não respeitar direitos fundamentais dos cidadãos, sobretudo nas abordagens que realiza.

No caso específico do Estado do Pará, a PM também recebe críticas, tendo que, quase que diariamente, conviver com relatos de casos em que supostamente há abuso de poder e de autoridade, na maioria das vezes relatados pela mídia local. Na cidade de Castanhal, a PM é representada pelo Quartel do 5º Batalhão de Polícia Militar (BPM),

que abrange uma área geográfica com 11 municípios, cuja organização administrativa se subdivide 4 Companhias Orgânicas, que por sua vez se desdobram em Pelotões e Postos de Policiamento Destacados.

Desta forma, a presente pesquisa trata do uso progressivo da força em abordagens realizadas por Praças do 5º BPM cujos objetivos foram identificar quais são, como ocorrem e quais as dificuldades encontradas para realizar essas abordagens; se esse batalhão realiza cursos de capacitação ao seu efetivo de policiais; e que reflexões o entrevistados tinham em relação às políticas democráticas de direito.

A metodologia incluiu uma visita inicial ao local da pesquisa, a identificação dos sujeitos, aplicação de questionários para 10 policiais do Quadro de Praças, preferencialmente nas patentes de Cabos e Soldados, selecionados de forma aleatória e a transcrição e interpretação dos dados. A análise preferiu a abordagem qualitativa.

O tema escolhido se justifica pela crescente demanda da população por serviços de segurança pública com qualidade cada vez maior, aptos a trazer segurança para a população. Por isto, este trabalho não visa de forma alguma esgotar o tema, pois é bastante amplo, mas apenas trazer conhecimento público, a qualidade do trabalho ostensivo e preventivo realizado por esta instituição na cidade de Castanhal.

2 | EMBASAMENTO TEÓRICO

A abordagem policial é a ação mais adotada pela Polícia Militar, que exerce o policiamento ostensivo nas ruas, devidamente fardados e identificados. Para Parentoni (2012), a abordagem policial é o ato de uma Guarnição Policial Militar aproximar-se e interpelar pessoa que apresente conduta suspeita com objetivo de identificá-la e/ou proceder à busca, cuja ação poderá resultar em prisão, apreensão de pessoa ou coisa ou uma simples advertência ou orientação.

As abordagens servem principalmente para a prevenção de crimes e contravenções, ou até mesmo para identificar foragidos do sistema prisional. Sem elas é muito difícil a recuperação de objetos roubados, como por exemplo, motocicletas, celulares entre outros objetos. Elas não podem ocorrer de qualquer forma, existem mecanismos legais que disciplinam essa conduta de abordar alguém como forma de evitar excessos. Trata-se do Art. 244 do Código de Processo Penal (BRASIL, CPP, 1941)

Art. 244: A busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

Percebe-se claramente, que o ato de abordar é uma atitude policial que não precisa de mandado judicial, depende apenas da percepção do policial durante as rondas ostensivas. É uma ação meramente discricionária, mas que não pode ser realizada sem

motivação, pois depreende-se do artigo citado que para justificar uma abordagem, há a necessidade de fundada suspeita de que o cidadão esteja na posse de algo que possa ligá-lo a um crime. É uma decisão que embora com aspectos subjetivos uma vez que a fundada suspeita não é algo taxativo e definido, ela tem amparo legal e procedimentos padrões que a orientam.

A abordagem causa constrangimentos a qualquer cidadão, independentemente de sua classe social, mas é um trabalho necessário e faz parte do ordenamento jurídico vigente no País. Assim sendo, todo cidadão está sujeito a eventualmente ser abordado por polícias.

Trata-se de um momento crítico tanto para o policial quanto para o abordado, já que o desenrolar dos fatos é totalmente imprevisível. No entanto, a atitude do policial no momento de uma abordagem pode desencadear uma série de desdobramentos, positivos ou negativos, a depender do tipo dos processos adotados. O policial que respeita os direitos dos cidadãos, tratando-o com educação e profissionalismo dificilmente receberá em troca uma reação ríspida, mal educada ou violenta, pois é natural do ser humano ter um instinto de defesa sempre em alerta, pronto pra tentar se defender de qualquer ataque que venha a ocorrer.

As abordagens são realizadas para a garantia da segurança pública, como forma de repressão de práticas delituosas, desde que utilizada com a moderação que a lei exige. Portanto não se espera que a polícia não possa realizar uma abordagem a uma pessoa, muito pelo contrário, pois como afirma Lima (2018, p. 6):

[...] a abordagem policial tem por finalidade proteger a sociedade e promover a segurança pública, onde ao agente público é lícito abordar qualquer cidadão diante de fundada suspeita de que ele traga consigo objeto que possa ser utilizado como material para cometimento de infrações penais, como armas, drogas e outros, realizando uma busca corporal ou em elementos externos como mochilas, bolsas, pastas e afins.

Porém, tal mecanismo não pode jamais ser utilizado como forma de intimidação e abuso contra a dignidade da pessoa humana, pois apesar de a polícia ter o dever de realizar abordagens em pessoas que preencham os requisitos legais, a busca pessoal tem como objetivo o bem maior que é a segurança pública, sendo necessário destacar que esta é dever do Estado, mas é direito e responsabilidade de todos.

Uma abordagem policial é uma excelente oportunidade de estreitamento de laços entre a polícia e a comunidade, pois nesse momento o Estado, representado por seus agentes terá a oportunidade de saber um pouco mais sobre a realidade local, não só sobre segurança pública, mas também em muitas outras áreas, já que em alguns municípios o Estado se faz presente apenas através da Polícia.

Como órgão de Estado, e não de governo, o objetivo principal da Polícia Militar é transmitir segurança à população, agindo sempre com profissionalismo e responsabilidade

em suas atribuições, incutindo na sociedade uma mudança de paradigmas, contribuindo para uma mudança na percepção do trabalho policial perante a sociedade. E isso perpassa necessariamente, pelo fiel cumprimento da lei por parte daqueles cujo trabalho é defendê-la, respeitando os direitos da pessoa humana, inclusive daqueles que estão à margem da lei, já que o trabalho policial é impessoal e só assim, a polícia poderá ser vista de fato, como uma polícia amiga da comunidade.

A filosofia de polícia comunitária é a de que o agente policial precisa ser amigo dos cidadãos que moram em sua área de policiamento, contribuindo para que não haja quaisquer obstáculos para que o morador da área possa fazer uma denúncia, pois o residente é a pessoa que está mais qualificada a conversar com policiais sobre o que acontece em seu entorno.

3 | MATERIAIS E MÉTODOS

A coleta de dados sobre o uso progressivo da força em abordagens policiais ocorreu na 2ª Companhia de Policiamento do 5º BPM, cujo Quartel está sediado no município de Castanhal que faz parte do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará. Ao todo, este quartel conta com 620 policiais militares. São servidores estáveis, uma vez que não há temporários. A maioria destes servidores trabalha nas ruas realizando abordagens e fazendo policiamento ostensivo nas viaturas.

O 5º BPM atua na Região Nordeste do estado do Pará com uma área de abrangência de 11 municípios: Castanhal, São Domingos do Capim, Inhangapi, São Francisco do Pará, Igarapé-Açú, Magalhães Barata, Maracanã, Terra Alta, Curuçá, Marapanim e São João da Ponta.

Este batalhão presta serviços de policiamento ostensivo fardado para a prevenção de delitos, tem como missão ser um quartel de excelência e exemplo para outros batalhões, sempre trabalhando com ética e seguindo as diretrizes internacionais dos Direitos Humanos. Sua missão, comum a toda a Polícia Militar do Pará, é o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Possui assim, como principais metas e objetivos reduzir os índices de criminalidade na sua área de circunscrição, trazendo paz e tranquilidade aos moradores das cidades atendidas. Para cumprir seu papel social este BPM conta com uma infraestrutura de 1 Quartel, 29 Destacamentos e 80 viaturas entre próprias e locadas.

A 2ª Companhia de Policiamento, local específico da pesquisa, abrange o município de Castanhal, além dos municípios de São Domingos do Capim e Inhangapi. Lá foram aplicados questionários com 5 perguntas para 10 policiais do Quadro de Praças, preferencialmente nas patentes de Cabos e Soldados, selecionados de forma aleatória.

Como garantia da ética da pesquisa, nenhuma pessoa foi identificada, tendo seu anonimato assegurado. Os depoimentos colhidos foram codificados por meio da Sigla PM, para se referir a cada policial militar, seguido do número em que foi realizada a aplicação

do questionário (PM1, PM2, PM3, PM4, PM5, PM6, PM7, PM8, PM9 e PM10).

Os principais procedimentos adotados foram uma visita ao local da pesquisa, a identificação dos sujeitos com a aplicação dos questionários e a transcrição e análise dos dados. Nesta visita foi realizada uma conversa prévia com o Comandante da 2ª Companhia para apresentá-lo a temática, a proposta de trabalho, as intenções, a ética da pesquisa e os procedimentos que seriam adotados.

Feito isso, a próxima etapa foi identificar os sujeitos que fizeram parte de pesquisa e aplicados os questionários. O critério de seleção dos sujeitos foi aleatório, quem estava na Companhia no momento da chegada do pesquisador foi solicitada sua participação. O último procedimento foi à análise qualitativa das informações, no qual se realizaram a transcrição, a leitura e a compilação das informações, analisadas de forma qualitativa.

Os dados coletados nos permitiram criar as seguintes categorias de análise: a) níveis, procedimentos e dificuldades encontradas nas abordagens policiais; b) capacitação do efetivo; e c) políticas democráticas de direitos. Estas categorias serão descritas e analisadas nas próximas seções deste artigo.

4 | RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Níveis, Procedimentos e Dificuldades Encontradas nas Abordagens Policiais

4.1.1 Níveis de Ação

O Manual de Tática Policial, Abordagem a Pessoas e Tratamento às Vítimas (MINAS GERAIS, 2013) define a abordagem policial como o conjunto ordenado de ações policiais para aproximar-se de uma ou mais pessoas, veículos ou edificações. Tem por objetivo resolver demandas do policiamento ostensivo, como orientações, assistências, identificações, advertências de pessoas, verificações, realização de buscas e detenções.

Segundo a literatura, existem níveis de tensionamento nas abordagens, como demonstrado no quadro 1:

Nível	Procedimento	Tensionamento
Nível 0	Presença Policial	Normalidade
Nível 1	Verbalização	Cooperativo
Nível 2	Controle e Contato	Resistência Passiva
Nível 3	Controle Físico	Resistência Ativa
Nível 4	Técnicas Defensivas Não-Letais	Agressão Não-Letal
Nível 5	Força Letal	Agressão Letal

Quadro 1: Níveis e Procedimentos Adotados em Abordagens Policiais

Fonte: Minas Gerais (2013). Adaptado.

Nesta pesquisa, os resultados indicaram que para a maioria dos policiais (n=7), o nível de ação 1 é o mais frequente. Neste caso a abordagem se dá por meio da verbalização e da ação cooperativa do indivíduo abordado. Outros sujeitos pesquisados também citaram o nível 2 (n=3), cujo procedimento demanda controle e contato com o abordado, como demonstrado no gráfico 1.

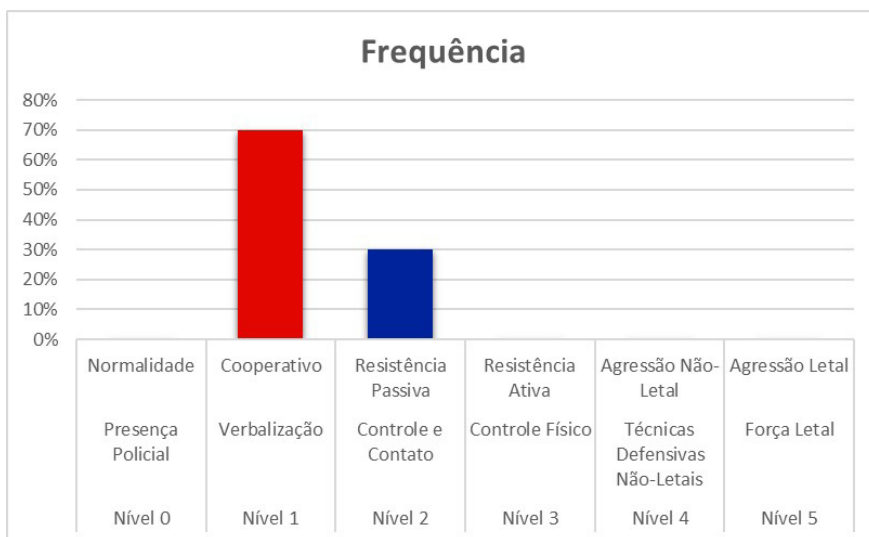


Gráfico 1: Níveis e Procedimentos mais Frequentes

Fonte: Os Autores (2020).

A maioria das ocorrências policiais é atendida por Guarnição de área. Nestas guarnições, os policiais convivem diretamente com a comunidade, muitas vezes com pessoas que compõe suas próprias rodas de amizades. O policial militar faz parte da mesma sociedade, com a mesma cultura e com interesses em comum o que o habilita para lidar com diferentes ocorrências. Por isso, a maior parte das ocorrências é resolvida por verbalização e/ou envolvendo a resistência passiva.

4.1.2 Procedimentos Adotados

Outro aspecto analisado foi sobre os procedimentos adotados nas abordagens policiais. Os entrevistados utilizam, a depender dos casos, a seguinte sequência de ações: verbalização, aproximação/contato físico, averiguação de documentos com identificação do cidadão, revista pessoal e consulta no sistema penal. Alguns fatores influenciam para aliviar ou tensionar neste processo, tais como denúncia anônima, atitude suspeita, vestes, grandes volumes, contradição na fala, entre outros.

Sobre estas práticas, observe os relatos dos entrevistados 4, 6 e 7:

Levando em consideração atitude suspeita, observando durante rondas, comportamentos, vestes, volumes, denúncias e outros. Realizado procedimentos previstos durante abordagem, realizando busca pessoal e veicular se for o caso, todo tempo verbalizando com a pessoa ou pessoas abordadas (PM 4).

Observando atitude suspeita, comportamento durante rondas ou via denúncia com as características do indivíduo, veículos ou quantidade etc... (PM 6).

Em rondas ou quando a denúncia, ao ser identificado o cidadão em fundada suspeita é feito o contato verbal fazendo algumas perguntas ao mesmo, para em seguida ser feita a busca pessoal e checagem de dados pessoais junto a aplicativos como o SINESP. Se nada constar e nada de ilícito for encontrado como o abordado o mesmo é liberado e confeccionado um BAPM (Boletim de atendimento Policial Militar) (PM 7).

Não faz tanto tempo assim que as abordagens eram realizadas subjetivamente o que implicava em diversos problemas aos policiais e a imagem da policia militar; pois eram feitas sem um amparo legal. Atualmente elas precisam obedecer à fundada suspeita e a objetividade. Os policiais são impelidos a esperar as ligações de cidadãos e/ou ordens via rádio. As abordagens são realizadas com mais respeito ao uso progressivo da força, usando a verbalização na maioria das vezes, o que traz uma maior sensação de segurança. E com a criação do Boletim de Atendimento Policial Militar (BAPM) os policiais e os cidadãos ficaram respaldados legalmente.

É importante destacar também, que alguns entrevistados, como foi o caso dos PMs 6 e 8, no ato das abordagens, tem preocupação de evitar excessos, cumprir bem seu papel como agente público por intermédio de um procedimento correto e com isso prestar um bom serviço à sociedade.

Realizando o procedimento previsto durante a abordagem como busca pessoal, veicular, nas redondezas todo o tempo verbalizando e respeitando os procedimentos de abordagem e o cidadão (PM 6).

Nosso maior objetivo é atender os cidadãos, nesse meio termo temos que lidar com diferentes pessoas e classes sociais. Porem devemos sempre zelar pelos direitos humanos, e sempre verbalizar em todas as abordagens tendo sempre em primeira visão que é um cidadão de bem que está sendo abordado (PM 8).

Segundo Araújo (2008), a abordagem policial envolve invasão da intimidade e da privacidade das pessoas, gerando, em alguns casos, constrangimentos e reações emocionais e agressivas. Por isso, é importante que o policial esteja preparado para essas situações e equipado conceitualmente o que gera o respeito à dignidade humana das pessoas que estarão submetidas ao seu poder.

Por muito tempo, nas abordagens policiais eram cometidos muitos abusos por parte dos policiais, por desconhecerem os direitos dos cidadãos ou por não terem o cuidado de fazer conforme as leis. Em virtude muitas cobranças, sobretudo dos comandantes, da mídia e do poder judiciário, alguns destas práticas estão sendo evitadas ou coibidas. A polícia militar tem se reeducado, crescido em conhecimento e buscado observar os direitos humanos e o Estado Democrático de Direito.

4.1.3 Dificuldades encontradas nas Abordagens Policiais

Para completar a categoria que trata das abordagens policiais, uma vez que já foram discutidos os níveis e os procedimentos, vamos nesta seção, argumentar sobre as dificuldades enfrentadas pelos entrevistados para sua execução.

Os relatos coletados evidenciaram que as principais dificuldades encontradas estão relacionadas a fatores naturais, institucionais e de ordem pessoal do indivíduo que a ser abordado.

Como fatores de ordem natural foi citada a condição climática da região, principalmente o forte calor que associado às vestes policiais gera grande sensação de fadiga e cansaço físico e psíquico. A associação deste aspecto como uma carga horária de trabalho muito longa, altera o comportamento que muitas vezes foge do controle policial.

Foram listadas como entraves institucionais o número limitado de policiais na viatura o que implica em dificuldade para manter a superioridade numérica em momentos de crise, armas inapropriadas para a abordagem requerida e a falta de um banco de dados integrado com o sistema de segurança para verificação de fotos e dados dos abordados.

Os PMs 3 e 7 nos relatam que, segundo seus pontos de vista, as principais dificuldades são:

A principal, no meu ponto de vista, é manter a rotina de superioridade numérica, pois muitas vezes trabalhamos somente em dupla (PM 3).

O número limitado de policiais na VTR (viatura) para a maior segurança dos componentes da GU (Guarnição), armas não letais tais (taiser, arma com balas de elastômero) e um banco de dados integrado com o sistema de segurança para verificação de fotos e dados dos abordados (PM 7).

A história mostra que muitos polícias foram mortos em ocorrências por não conseguirem se sobrepuser ao fato, por estarem em número insuficiente para o controle das abordagens. Em ocorrências de grande quantidade de pessoas que vão de encontro aos policiais, a falta de armamentos não letais, dificulta a possibilidade da abordagem ser resolvida sem alteração.

Já em relação as dificuldades de ordem pessoal estão à falta de cooperação por parte do abordado que questiona o motivo da abordagem o que, em alguns casos, gera resistência.

Foram as condições climáticas, a falta de conhecimento das pessoas abobadadas que costumam questionar o motivo da abordagem, e que são de imediato advertidas, em alguns casos gera resistência, que em alguns casos evolui o nível da abordagem (PM 4).

O comportamento das pessoas ao serem abordadas questionando o motivo da abordagem, condições climáticas e em casos isolados até mesmo a resistência do cidadão (PM 6).

Nas maiorias das abordagens os grandes problemas encontrados por nós policiais é a desinformação de grande parte da sociedade, que ainda tem a visão que só bandido deve ser abordado pelo estado. Com isso dificultando o trabalho da polícia (PM 8).

Muitas das dificuldades existentes nas abordagens fazem parte da cultura de que só os infratores devem ser revistados, o que traz muito transtorno nas operações policiais. O policial militar é um agente público que usa destes procedimentos para se aproximar da comunidade e interagir com os cidadãos. Esta é a melhor definição na prática do policiamento comunitário.

De acordo com Muniz (1999, p. 64)

É, por excelência, na vida democrática que se pode observar, por um lado, a sustentação do monopólio da força pelo Estado e, por outro, a desmonopolização estatal do provimento da ordem. De fato, este é um problema de todos. Não se trata aqui de um recuo ou de um enfraquecimento do papel do poder executivo contemporâneo. Ao contrário, trata-se de um realinhamento necessário em virtude da inevitável ampliação do espectro da cidadania. Antes de ser uma realidade formal-legal, a ordem pública é algo construído localmente. Ela é cotidiana e comunitária, sendo, portanto, o resultado de distintas expectativas em constante negociação na realidade.

No contexto sistêmico da Segurança Pública, a Polícia Militar assume importante papel na manutenção da ordem, prevenindo atos antissociais, repressivamente na restauração da ordem pública, adotando medidas de proteção e socorro comunitários ou ainda atuando em apoios aos órgãos da administração pública, no exercício do poder de polícia que lhes couber.

4.2 Capacitação do Efetivo

A segunda categoria analisada na pesquisa tratou de verificar se o efetivo policial do 5º BPM realizou alguma capacitação técnica para melhorar suas práticas cotidianas e, dessa forma, otimizar seus procedimentos e servir melhor a sociedade.

Os dados coletados apresentaram contradição nas respostas. Uma parte dos PMs (1, 3, 7 e 10) disse que são poucos os cursos, na maioria das vezes usando a expressão “raramente”. Mas, outro grupo (PMs 4, 5, 6, 8 e 9) alega que sim, que são realizados vários cursos, inclusive citando-os, como nos relatos abaixo:

Sim, motopatrulhamento capacitação para armamentos, CTO e indicação para outros cursos fora da unidade (PM 4).

O estado desde o curso de formação de soldado de polícia militar, tem se esforçado para a qualificação de seus agentes, durante toda a carreira policial passamos por diversos cursos, e alguns se destacou e aprofundou a equipes específicas, como por exemplo, o Grupo Tático operacional, Curso de manuseio de armas de fogo de diversos calibres, curso de defesa pessoal, curso de condutor de veículo com as motocicletas operacionais e uso de armas não letais (PM 8).

Nos dias atuais, com o crescimento do índice da criminalidade e a sensação de impunidade, os infratores passam a não temer o Estado. Por isto estes cursos são muito importantes para a proteção individual e coletiva, inclusive dos cidadãos. Eles servem para diminuir os acidentes envolvendo armas de fogo, nas abordagens quando há necessidade de contato físico, para que o policial tenha condições de fazer sessar à agressão sem muito desgaste. Além disto, no ato do ingresso do futuro policial militar, o edital do concurso público já solicita do candidato a policial militar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com a categoria AB, para que ele tenha condições de conduzir carro e moto.

Quanto aos entrevistados que dizem que as formações são escassas, eles argumentaram que, embora elas existam sua frequência é muito baixa, não envolvem todo o efetivo e algumas delas ocorrem fora da cidade de Castanhal, o que dificulta sua participação.

Raramente ocorre curso de capacitação e nem sempre abrange todo o efetivo policial (PM 3).

Raramente. E quando alguns cursos são ofertados tem o número muito limitado de vagas ou são para um grupo específico de policiais. Cursos ofertados: CTO (curso tático operacional) Motopatrulhamento, manuseio de arma longo CTT.40 (nova arma adquirida pela PM para serviço diário) (PM 7).

Poucos cursos são ofertados. E na sua maioria com vagas limitadas, deixando muitos policiais de fora das capacitações (PM 10).

Esta contradição entre os que argumentaram “sim” e outros “não” sobre os cursos de formação, se explica, ao menos em parte, porque a Polícia Militar do Pará trabalha com classificação que premia o mérito e o bom serviço policial. Algumas destas formações, de fato, não se estendem a todo o efetivo, dado este sistema classificatório. No entanto, a Polícia Militar nos Cursos de Formação de Praças, o que atinge a maior parte do contingente, traz em seu gabarito diversas formações, como defesa pessoal, controle e manuseio de arma de fogo de vários calibres. Após a formação tem-se a possibilidade de fazer cursos operacionais como o Tático, que é um grupo especializado da PM, e o policiamento por intermédio de motocicletas da ROCAN, que possui destaque nas grandes metrópoles.

A grande queixa de alguns policiais, ao dizer que “não fez cursos”, uma vez que estes não abrangem a totalidade da tropa. E sobre as armas não letais o governo orientado por seus oficiais, destinam esse material para os especializados, causando um certo “ciúme” no efetivo dado como “normal” o policiamento de área.

4.3 Políticas Democráticas de Direito

Nesta última seção da pesquisa o foco foi apresentar as reflexões dos PMs sobre as políticas democráticas de direito em relação à segurança pública, de modo geral, e quanto às abordagens que realizam, de forma particular.

Essas reflexões incidiram sobre a presença e o papel do Estado como também suas próprias práticas como agente de segurança pública. Os PMs demonstraram certa insatisfação com o Estado, uma vez que, segundo eles, há poucos investimentos na polícia militar, tanto no aparelhamento quanto na sua formação profissional.

O poder público precisa olhar com mais seriedade as polícias militares de todo o Brasil, principalmente a do nosso estado do Pará. Que houvesse mais investimentos no que concerne, no aparelhamento, quanto na formação profissional do policial é claro uma remuneração mais justa (PM 1).

Que os poderes públicos olhasse e levasse com mais seriedade as polícias de forma geral, e uma distribuição dos deveres operacionais a suas competências para todos terem suas responsabilidades (PM 2).

Existe a necessidade de aprimorar tais políticas, uma vez que não atingem em muitos casos, quem de fato deveria ser atingido (PM 3).

Para os entrevistados, o bom policial militar tem como prioridade desenvolver um trabalho que atende as expectativas da sociedade. No entanto, ele esbarra em muitos aspectos, como o excesso de burocracia, a falta de uma comunicação mais eficiente (como equipamentos de rádio, por exemplo) e várias falhas no decorrer do processo. Muitos PMs investem em suas formações acadêmicas instrumentalizando-se teoricamente a fim de exercer melhor seu *métier*. E fazem isso, em muitos casos, sem qualquer ajuda, reconhecimento ou incentivo financeiro do Estado, que mesmo após sua formação não recebem gratificação por nível superior. Inclusive, vários entrevistados criticam a política de remuneração dos PMs, uma vez que o soldo dos Praças está abaixo do salário mínimo, ferindo a lei. Não é demais lembrar que a motivação é um componente essencial para a realização de um bom serviço.

O PM 8, apresenta uma reflexão muito importante sobre a constituição federal e as políticas democráticas de direito. Em seu relato ele argumenta que

Nosso país é alicerçado em uma constituição e diante disso os políticos que foram eleitos tem a responsabilidade de representar o povo, usar todos os recursos para que os três poderes, andem em união para que possam ser

respeitados. Com isso as instituições como as polícias, nunca esqueçam que devem andar uma faixa chamada estado democrático de direito.

Outro grupo de PMs (4, 5, 9 e 10) apresentou suas reflexões sobre suas próprias práticas como agente de segurança pública. Nos seus relatos ficou clara a necessidade de autoavaliação do serviço policial para evitar abusos, garantir dos direitos fundamentais do cidadão, respeitar a todos e servir bem a sociedade.

Devemos ficar atentos em nosso dia a dia sobre as garantias fundamentais dos cidadãos, para que não sejamos desiguais ao tratamento com eles e sim ser imparcial com todos, com isso ficamos atentos em nossos próprios direito que as vezes é violado (PM 4).

Que nós policiais militares devemos ficar muito atento a tudo que acontece em nosso serviço para que momento algum devemos ferir o direito de todos os cidadãos (PM 5).

O agente de segurança pública deve ter conhecimento dos direitos para poder orientar a população que atende, abrangendo o alcance dos policiais democráticos que devem ser acessíveis a todos (PM 9).

A instituição policial militar no desenvolvimento de suas funções primordiais, respeitar todos os direitos do cidadão desempenhando suas funções da melhor forma possível (PM 10).

A autoavaliação e treinamento constante conscientizam o PM da importância de servir bem a sociedade, diminuindo os casos de abuso nas suas práticas cotidianas. Para Araújo (2008), a Polícia Militar, segundo a Constituição Federal, é responsável pelo policiamento ostensivo e pela manutenção da ordem pública, cujos procedimentos e práticas precisam ser compatíveis com a obediência às leis, a dignidade humana e o respeito e a proteção dos direitos humanos. São esses princípios que norteiam a atividade policial ética e legal, e são deles que derivam todas as demais exigências e disposições pertinentes à atividade policial.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentou os resultados da pesquisa sobre o uso progressivo da força em abordagens policiais realizadas por Praças do 5º BPM. Identificaram-se quais são, como ocorrem e quais as dificuldades encontradas para realizar essas abordagens; se o efetivo de policiais realiza cursos de capacitação; e que reflexões o entrevistados tinham em relação às políticas democráticas de direito. Esses objetivos foram alcançados e a problemática foi dirimida.

Os resultados indicaram que a abordagem mais empregada é a verbalização. As principais dificuldades encontradas na realização das abordagens estão relacionadas a

fatores naturais, institucionais e de ordem pessoal do indivíduo que a ser abordado. Os entrevistados listaram como entraves institucionais o número limitado de policiais na viatura, armas inapropriadas para a abordagem requerida e a falta de um banco de dados integrado com o sistema de segurança para verificação de fotos e informações dos abordados.

Quanto a cursos de capacitação, eles existem, mas não atendem a todo o efetivo. Em relação sobre o que pensam os PMs a respeito das políticas democráticas de direito, suas reflexões incidiram sobre a presença e o papel do Estado como também suas próprias práticas como agente de segurança pública. Ficaram evidentes suas insatisfações por um melhor aparelhamento, remuneração justa e melhor qualificação profissional.

O trabalho não pretendeu esgotar o assunto, mas apenas refletir sobre a qualidade do trabalho ostensivo e preventivo realizado pela Polícia Militar, no geral, e pela 2ª Companhia de Policiamento de Castanhal, em particular. Mesmo com algumas críticas sobre o policiamento comunitário, pode-se afirmar que são significativos os avanços na democratização das instituições policiais e à melhora da qualidade dos seus serviços.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Júlio César Rodrigues de. **Abordagem Policial: Conduta Ética e Legal**. Monografia de Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 11 de setembro de 2020.

LIMA, L. N. **A abordagem policial como garantia de segurança pública frente aos direitos fundamentais**. Dom Total. 2018. Disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1264554/2018/06/a-abordagem-policial-como-garantia-de-seguranca-publica-frente-aos-direitos-fundamentais/>. Acesso em: 12 de setembro de 2020

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Tática Policial, Abordagem a Pessoas e tratamento às Vítimas. Manual Técnico-Profissional**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2013.

MUNIZ, Jacqueline. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. 1999. 289 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NUNES, Kim. **Abordagem policial: a busca pessoal e seus aspectos legais**. Jus. 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/19727/abordagem-policial-a-busca-pessoal-e-seus-aspectos-legais/>. Acesso em: 24 de setembro de 2020.

PARENTONI, Roberto. **Abordagens policiais: direitos, deveres e dicas de comportamento**. Jusbrasil. 2012. Disponível em: <https://robertoparentoni.jusbrasil.com.br/artigos/121939878/abordagens-policiais-direitos-deveres-e-dicas-de-comportamento>. Acesso em: 12 de setembro de 2020

ÍNDICE REMISSIVO

C

Chile 5, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 12

Clássico 2, 5, 248

Constitucional 6, 12, 33, 39, 44, 47, 51, 52, 53, 57, 81, 93, 95, 108, 125, 126, 127, 130, 132, 133, 136, 137, 168, 176, 179, 188, 189, 193, 246, 251, 254, 256, 260, 261, 298, 303, 320

Contemporâneo 2, 5, 124, 159, 207, 308, 314, 317

Contempt of Court 5, 6, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31

D

Delação Premiada 5, 7, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 137

Dignidade da Pessoa Humana 5, 8, 15, 81, 82, 92, 93, 104, 153, 189, 190, 192, 193, 215, 218, 242, 243, 244, 245, 247, 254, 255, 257, 259

Direito 2, 5, 6, 8, 13, 14, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 35, 40, 41, 43, 48, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 68, 77, 78, 86, 91, 92, 93, 95, 101, 102, 103, 104, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 145, 149, 150, 152, 153, 158, 161, 162, 163, 164, 168, 170, 171, 172, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 199, 201, 202, 203, 204, 208, 211, 214, 215, 230, 231, 241, 246, 247, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 267, 278, 279, 281, 282, 290, 291, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 310, 313, 315, 316, 317, 320

E

Educação 5, 9, 56, 68, 80, 81, 85, 89, 153, 165, 167, 168, 169, 171, 175, 194, 203, 206, 210, 215, 220, 274, 281, 306, 307, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320

Espiritualidade 8, 262, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 273, 274

Eutanásia 5, 8, 242, 243, 244, 245, 246

G

Grupos vulneráveis 5, 199

I

Idoso 5, 6, 79, 80, 81, 82, 91, 256

Imposto 5, 6, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 256, 309

Inexigibilidade 6, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43

Inspecção Industrial e Sanitária 5, 105, 107, 120

L

Lavagem de capitais 5, 7, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Licitação 5, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43

M

Marginalização 5, 7, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 199

Medicina Legal 5, 9, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 287, 288, 289

Meio Ambiente 5, 20, 21, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 102, 103, 104, 111, 124, 320

Mulher 5, 8, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 222, 223, 224, 228, 229, 231, 238, 276, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288

N

Núcleo familiar 8, 188, 194, 195, 199, 200, 201

O

Objeção Religiosa 8, 247, 248

Ocupação 5, 6, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 109

P

Planejamento Urbano 6, 61, 66, 78

Positivismo 9, 290, 291, 292, 298, 302, 303, 304

Presunção de Inocência 7, 125, 127, 130, 131, 133, 134, 135

S

Separação dos poderes 5, 9, 290, 291, 292, 298, 300, 301, 302, 303, 305

Sistema prisional brasileiro 5, 7, 177, 180, 181, 183, 184, 185, 187

Superendividamento 5, 6, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91

T

Transusão de sangue 8, 247, 248, 249, 250, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261

Tribunal Penal Internacional 6, 13, 17, 18, 19, 20, 23

U

Uso progressivo da força 5, 150, 152, 154, 157, 162

V

Violência 5, 8, 151, 164, 167, 168, 169, 170, 175, 176, 178, 180, 182, 184, 185, 186, 187, 191, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 275, 276, 285

O **Direito** na Transição do **Clássico** para o **Contemporâneo**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 




Atena
Editora
Ano 2021

O **Direito** na Transição do **Clássico** para o **Contemporâneo**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Atena
Editora
Ano 2021